



Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, inscrito (a)
no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, declaro
para os devidos fins e efeitos que:

() TENHO () NÃO TENHO: Relação de matrimônio,
união estável ou de parentesco consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o
terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até terceiro grau, ou em linha
colateral até o segundo grau), com o Governador, Vice Governador, Secretários,
Presidente de Autarquias, Deputados, ou servidores da mesma Pessoa Jurídica
investido em cargos de Direção, Chefia, ou Assessoramento nos termos da
súmula vinculante número 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática
do nepotismo na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos
Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto da Lei Estadual
nº 3.531, de 14 de agosto de 2019, que veda a nomeação para cargos em comissão
de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006, no
âmbito do Estado do Tocantins, e não ter sido condenado nas condições previstas
na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e tenho ciência que tal vedação
se inicia com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado
cumprimento da pena.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto na Lei
Complementar Federal nº 135, de 04 de junho de 2010, e na Lei nº 2.744, de 09
de agosto de 2013, que estabelece condições para a nomeação de agentes públicos
no âmbito dos Poderes Estaduais, para os cargos que especifica, a fim de proteger
a probidade administrativa e a moralidade no exercício do cargo, regulamentada
pelo Decreto nº 4.883, de 05 de setembro de 2013, e não incorrer em nenhuma
das hipóteses de impedimento para a investidura em cargo público, exercício de
função comissionada ou contrato de emprego público na administração pública
direta e indireta dos Poderes do Estado, disciplinadas no Decreto 4.883/2013.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto da Lei Estadual
nº 3.668, de 26 de maio de 2020, que dispõe sobre a proibição de nomeação ou
contratação determinados cargos e empregos públicos, de pessoa condenada por
crime sexual contra criança ou adolescente, e não ter sido condenado em outra
Jurisdição por crimes sexuais contra vulnerável, crimes previstos nos artigos 240
e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente e por outros crimes de natureza
sexual contra crianças ou adolescentes previstos na legislação.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na
conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do
Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são
verdadeiras.

Palmas, _____ de _____ de 20____.

Assinatura